



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em
22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;
- b) A forma de tributação base para constituição da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é a do Lucro Real Anual sem opção por incentivos fiscais, conforme a legislação em vigor;
- c) Os direitos e obrigações da empresa estão classificados no ativo e passivo circulante e não - circulante, em conformidade aos estabelecidos nos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76;



- d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;
- e) As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações;
- f) A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução n.º 2.682/1999;
- g) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, que é calculada pelo método linear. A seguir apresentamos a composição do ativo imobilizado por conta e suas respectivas taxas anuais de depreciação e amortização (nota 4.3), **(EM R\$ MIL)**;
- h) Caixa e equivalente de caixa – são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	3.028	3.147
Disponibilidades	3	47
Títulos e Valores Mobiliários		
Cotas de Fundo de Investimento	3.025	3.100

4 ATIVO

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Prazos	2012		2011	
		Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	07/06/2013	245	19	226	23
Fundo Invest. Referenciado DI Premium	Sem vencimento	3.025	216	3.100	356
Total		3.270	235	3.326	379

A composição da carteira do Fundo de Investimento: Títulos Públicos (76,46% - LFT e 6,92% - NTN-B) e Outros (16,68% - Compromissadas e (0,06) % - Outros). A aplicação em Fundos de Investimento obteve uma rentabilidade no exercício de 8,55% correspondente a 101,60% do CDI.



4.2 - Operações de Crédito

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	2012			2011		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	3.201	2.723	5.924	2.683	3.220	5.903
Indústria	39	2	41	191	143	334
Infra-Estrutura	69	64	133	57	119	176
Agronegócio	578	287	865	807	260	1.067
Pessoa Física	209	83	292	221	133	354
Total	4.096	3.159	7.255	3.959	3.875	7.834

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	2012		2011	
		Valor	%	Valor	%
A	Até 14 dias	3.030	42	2.053	26
B	15 e 30 dias	2.043	28	2.665	34
C	31 e 60 dias	579	8	1.105	14
D	61 e 90 dias	423	6	40	1
E	91 e 120 dias	21	-	32	0
F	121 e 150 dias	66	1	11	0
G	151 e 180 dias	3	-	74	1
H	Acima de 180 dias	1.090	15	1.854	24
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		7.255	100	7.834	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	2012		2011	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
A	3.028	2	2.024	29
B	1.951	91	2.644	21
C	426	153	1.055	49
D	387	36	33	7
E	18	3	29	4
F	31	35	10	1
G	3	1	68	6
H	658	432	1.478	376
TOTAL	6.502	753	7.341	493

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.



Classificação - Nível de Risco	Provisão %	2012		2011	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
A	0,5	3.030	15	2.053	10
B	1	2.043	21	2.665	27
C	3	579	18	1.105	33
D	10	423	42	40	4
E	30	21	6	32	10
F	50	66	33	11	6
G	70	3	2	74	52
H	100	1.090	1.090	1.854	1.854
TOTAL		7.255	1.227	7.684	1.995

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	2012	2011
Saldo no Início do Período	1.995	367
Constituição da Provisão	368	2.155
Créditos Baixados como Prejuízo	867	165
Reversão de Provisão	269	362
Saldo no Fim do Período	1.227	1.995

f) Créditos renegociados

	2012	2011
Renegociação	472	2.182

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	2012	2011
Saldo no Início do Período	827	759
Créditos baixados como prejuízo	867	165
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	47	97
Saldo no Fim do Período	1.647	827

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

Descrição	2012	2011	Depreciação	Amortização
Outros Investimentos	1	1		
Sub-Total Investimento	1	1		
Móveis e Equipamentos de Uso	304	299	10%	-
Sistema de Comunicação	43	43	10%	-
Sistema de Processamento de Dados	436	439	20%	-
Sistema de Segurança	1	1	20%	-
Sistema de Transporte	88	171	20%	-
(-) Depreciação/Amortização	(671)	(702)	-	-
Sub-Total Imobilizado	201	251	-	-
Diferido gastos em imóveis de terceiros	125	125	-	-
(-) Amortização	(125)	(125)		
Sub-Total Diferido	-	-		



Intangível – Software	117	117		20%
(-) Amortização	(116)	(112)		
Sub- Total Intangível	1	5		
Total Permanente	202	256		

5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Referem – se a obtenção de recursos para financiamentos nos diversos ramos de atividade econômica oriundos de órgãos Governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim distribuídos:

Operações com Recurso BNDES

Descrição BNDES	2012			2011		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Taxa Média – 5%a.a						
Prazo Médio – 5 anos						
Recurso do BNDES						
BNDES – FINAME Comércio e Serviço	49	81	130	44	130	174
BNDES – FINAME Comércio e Serviço – Ônibus e Caminhão	171	407	578	147	589	736
Total	220	488	708	191	719	910

As operações concedidas com recursos do BNDES são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

- a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de 9.683 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,40	5.964.000	9.624.795
SINDUSCON	O.N.	0,10	6.000	9.683
FIETO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FAET	O.N.	0,10	6.000	9.683
FECOMÉRCIO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FACIET	O.N.	0,10	6.000	9.683
SICON	O.N.	0,10	6.000	9.683
TOTAL DE AÇÕES		100,00	6.000.000	9.682.892



7 RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	2012	2011	Variação	
			R\$	%
Rendas de Operações de Crédito	1.581	1.657	-76	-5
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	235	379	-144	-38
Rendas de Prestação de Serviços	12	30	-18	-60
Outras Receitas Operacionais	354	470	-116	-25
RECEITAS TOTAIS	2.182	2.536	-354	-14

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras Reversões.

8 DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	2012	2011	Variação	
			R\$	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	368	2.155	-1.787	-83
Pessoal e Honorários	449	412	37	9
Outras despesas administrativas	1.017	1.057	-40	-4
Tributárias	92	103	-11	-11
Outras despesas operacionais	14	21	-7	-33
IRPJ e CSLL	41	103	-62	-60
DESPESAS TOTAIS	1.981	3.851	-1.870	-49

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2012	2011
Resultado Líquido Acumulado	223	(1.212)
LUCRO REAL ANUAL		
Adições	414	2.181
Exclusões	(459)	(651)
Resultado líquido Ajustado	179	318
Compensação prejuízo exercícios anteriores	54	-
Base de Cálculo	125	318



Imposto de Renda - 15%	20	55
Cálculo da CSLL - 15%	20	48
TOTAL DA DESPESA	40	103

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERIODO

Em 2012 as receitas totalizaram R\$ 2.182 mil, apresentando uma redução de 14% sobre o exercício anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 1.981 mil tendo uma redução de 49% em comparação com o exercício anterior.

	2012	2011
Resultado do Exercício	201	(1.315)

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 31/12/2012, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 1.523 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 7.416 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

13 SEGUROS

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos seus principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos em seguradora idônea.



14 RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário, exceto os membros da diretoria executiva e os estagiários.

15 CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

De acordo com opinião dos assessores jurídicos, não existem processos classificados dentro dos critérios com risco Provável ou Possível, não existindo provisão e nem divulgação.

17 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E DE MERCADO

A Agência de Fomento, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil bem como visando aprimorar seus controles internos, instituiu uma estrutura unificada para gerenciar os riscos operacionais, de mercado e de crédito, aos quais a Instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Agência. O Conselho de Administração da Instituição aprovou as Políticas de Gestão de Riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa dessa área e demais informações quanto ao gerenciamento dos riscos encontram-se descritas em relatórios, disponíveis ao acesso público na sede da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.



18 EVENTOS SUBSEQUENTES

Para o exercício 2013 aprovado Aporte de Capital para a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A no valor de R\$ 17.037.394,00 (dezesete milhões, trinta e sete mil, trezentos e noventa e quatro reais), originário de seu acionista majoritário o Estado do Tocantins, com recursos oriundos do programa PROINVEST/BNDES, que representa 99,4%, e os demais acionistas o valor de R\$ 102.841,41, totalizando o Aporte de Capital no montante de R\$ 17.140.235,41.

Palmas, 11 de Janeiro de 2013.

OZEIAS BRUZINGA
Contador CRC – TO 002837/O
CPF 999.492.531-87